

BbCcDdEeFfGgHhIiJjKkLlMmNnOoPpQqRrSsTtUuVvWwXxYyZz
HhIiJjKkLlMmNnOoPpQqRrSsTtUuVvWwXxYyZz

CAPÍTULO 7

**A Universidade Aberta do Brasil –
Expansão e Interiorização da Educação
Superior com Docentes, Dirigentes e
Gestores da Educação Básica**

Margarita Victoria Gomez

Luciana da Silva

Kelly Victor

INTRODUÇÃO

O governo federal, reconhecendo que existe um déficit na oferta de educação superior no país, criou o sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, em 2005, para contribuir na melhoria e atender à meta do Plano Nacional de Educação de ter no mínimo 30% de jovens em idade apropriada cursando educação superior até 2020. O sistema UAB articula as instituições públicas que oferecem cursos de formação na modalidade a distância. Responde a uma vontade política que foi assinada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A UAB objetiva a expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso. A proposta da Universidade Aberta foi conhecida, com outro nome, em 2003, e sua finalidade já era fazer parcerias com instituições públicas e privadas e empresas estatais para oferecer educação superior a distância. Hoje, dentre os vários cursos que oferece, escolheu-se para apresentar, neste capítulo, o curso *Mídias na Educação*, pois ele visa à formação continuada – extensão e especialização – sobre o uso de tecnologias da informação e da comunicação. Esse curso é uma possibilidade para que professores

continuem os estudos na modalidade a distância. Portanto, a UAB apresenta-se como uma das possibilidades de interiorização e de democratização da educação e do uso das mídias, no caso, para a expansão da educação superior no Brasil.

1. CONTEXTO DE CRIAÇÃO E ATUAÇÃO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “entre 1998-2008, a proporção dos jovens cursando o ensino superior dobrou no país de 6,9% para 13,9%”. Além de ter um baixo nível de alunos em idade apropriada cursando a educação superior, o Brasil conta com professores do ensino fundamental sem formação superior ou com formação, mas atuando fora de sua área específica. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), há 381.214 professores da educação básica matriculados na educação superior, dos quais 206.610 fazem cursos presenciais e 174.604 de educação a distância. Na modalidade a distância, o curso de Pedagogia, por exemplo, conta com mais de 50% de educadores (192.965), o de Letras, com 44.754, o de Matemática, com 19.361 e o de História, com 14.4781.¹

Conforme o Censo Escolar do Ministério da Educação, o número de professores que atuam no ensino básico sem diploma de curso superior cresceu entre 2007 e 2009. “Os professores sem curso superior somam 636 mil nos ensinos infantil, fundamental e médio, o que representa 32% do total. Em 2007, eram 594 mil” (UNDIME, 2011). No marco atual do crescimento do Brasil, considerada uma das maiores economias do mundo, essa realidade é grave e o país busca reverter a situação com urgência.

O Brasil, de certa maneira, respondeu à Declaração Mundial sobre Educação para Todos, instituindo a Década da Educação,

1. Disponível em: <http://www.undime.org.br/banco_de_imagens/file/professor_cursosuperior_020311.pdf>.

que, pelo Art. 87 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, deveria “iniciar-se em um ano a partir da publicação desta lei”. Entre suas metas, estava oferecer educação para todos e programas de formação para os professores em exercício, “utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância, §4º Art. 87”, pois, “até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”. Vale lembrar que, pela LDB 9.394/96, também se estipula que “a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior (Art. 62) e/ou formação específica na área em que atua”. E, a mesma lei esclarece que “a formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância”.

Também, conforme o Art. 80 da LDB, “o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. E, ainda, pelo Art. 81, permite a organização de cursos de ensino experimental.

O Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado pela Lei nº 10.172/2001, mas, um novo plano já foi enviado pelo governo federal ao Congresso em 15 de dezembro de 2010 para vigorar de 2011 a 2020. O PNE aprovado na Câmara (26 de junho de 2012) se compromete a elevar a taxa de matrícula na educação superior para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta, e a aproveitar competências da educação superior presencial para institucionalizar a oferta de vagas por meio da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil.

Isso, considerando-se a densidade populacional e a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência, observando também as características regionais das micro e

mesorregiões definidas pelo IBGE, uniformizará a expansão no território nacional.

Justifica-se, assim, a criação, mediante decreto, do Sistema Universidade Aberta do Brasil por parte do governo federal/ Ministério da Educação, em parceria com a Andifes e Instituições Estatais, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação com foco nas políticas e na gestão da educação superior. Trata-se de uma política pública de articulação entre a Secretaria de Educação a Distância – SEED/MEC e a Diretoria de Educação a Distância – DED/Capes, com vistas à expansão da educação superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.

O sistema UAB foi instituído por Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, de autoria da Casa Civil da Presidência da República, “voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país” (Art. 1º). Este sistema também funciona de acordo com a Lei nº 11.273/2006, que dispõe sobre a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa para os professores/tutores, bem como o Decreto nº 5.622/2005, que dispõe sobre a qualidade da educação a distância.

Como o nome indica, não é uma universidade, é um sistema que articula as instituições públicas que oferecem cursos na modalidade a distância, com a finalidade de atingir a população distante dos principais centros onde estão as universidades públicas no país, embora também atue no exterior, como, atualmente, em países africanos.

Os primeiros cursos executados no âmbito do Sistema UAB resultaram da publicação de editais. O primeiro edital, nomeado UAB1, foi publicado em 20 de dezembro de 2005, permitindo a concretização do Sistema por meio da seleção, integração e articulação das propostas de cursos, apresentadas exclusivamente por instituições federais de ensino superior, e das propostas de polos de apoio presencial, apresentadas por estados e municípios.

O segundo edital, publicado em 18 de outubro de 2006, denominado UAB2, diferiu da primeira experiência por permitir a participação de todas as instituições públicas, inclusive as estaduais e municipais.

O Sistema UAB sustenta-se em cinco eixos fundamentais:

- Expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso;
- Aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios;
- Avaliação da educação superior a distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação implantados pelo MEC;
- Estímulo à investigação em educação superior a distância no país;
- Financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância. (UAB – Site Oficial, 2011)

QUADRO 10

UAB - Objetivos

- a) oferecer cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- b) ofertar cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- c) dispor cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- d) ampliar o acesso à educação superior pública;
- e) reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do país;
- f) estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância;
- g) fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

Data de início: 08/06/2006

Participação e controle social: Os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente são os responsáveis por viabilizar a adesão dos pólos de apoio presencial, mantidos pelos governos locais, e das instituições públicas de ensino superior ao Sistema UAB. Os Fóruns são órgãos colegiados criados para dar cumprimento aos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, instituída pelo MEC, em janeiro de 2009, com a finalidade de organizar, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica.

Modelo de gestão: A UAB funciona como sistema articulador entre as instituições de ensino superior e os governos estaduais e municipais, para atender às demandas locais por educação superior. Essa articulação estabelece a instituição de ensino que deve ser responsável por ministrar determinado curso em certo município ou certa microrregião por meio dos pólos de apoio presencial. Feita a articulação entre as instituições públicas de ensino e os pólos de apoio presencial, a UAB assegura o fomento de determinadas ações para assegurar o bom funcionamento dos cursos. Com isso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos pólos de apoio presencial em localidades estratégicas.

Particularidade da criação da UAB: Proporcionar uma alternativa para atender as demandas por educação superior geradas a partir de assimetrias educacionais em relação à oferta de formação inicial e continuada, já que, no Brasil, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apenas 12,7% dos jovens entre 18 e 24 anos têm acesso ao ensino superior. Por isso, o Ministério da Educação em parceria com a Capes estabelece políticas estratégicas para universalizar o acesso ao ensino superior e desconcentrar a oferta nos grandes centros urbanos promovendo uma mobilização acadêmica e técnica e fortalecendo as estruturas educacionais do interior do país.

Resultados alcançados até 2010: A UAB conta com 92 instituições parceiras; 774 polos de apoio presencial; 923 cursos de graduação, pós-graduação, extensão; e 180 mil matrículas efetuadas.

Como a maior parte dos cursos ofertados na UAB é de graduação com duração de quatro anos e tendo em vista que os cursos começaram a ser ofertados, de fato, em 2007 ainda não há alunos formados em nível de graduação.

A UAB, além de observar a LDB, obteve respaldo legal para sua criação, bem como para o seu funcionamento mediante os decretos, leis específicas, portarias e resoluções que se mencionaram anteriormente, orientando as instituições e os interessados em participar do programa de formação superior.

2. DINÂMICA DO FUNCIONAMENTO

As instituições públicas articuladas na UAB abrem Concursos Públicos de Provas e Títulos para provimento de cargos de docentes da Carreira do Magistério Superior, com lotação na Universidade Aberta do Brasil. Mas, no site da UAB, especifica-se que funciona com o seguinte quadro de profissionais: coordenador/coordenador-adjunto da UAB: coordenador de polo; coordenador de curso; coordenador de tutoria; professor-pesquisador conteudista; professor-pesquisador e tutor [e orientador acadêmico]. A remuneração desses profissionais se dá por meio de concessão de bolsas de estudos e pesquisas concedidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, financiada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação,² ambos setores de responsabilidade do Ministério da Educação. As bolsas oferecidas têm duração máxima de quatro anos e configuram-se de acordo com os seguintes valores, conforme abaixo:

- Coordenador/Coordenador-adjunto da UAB I: R\$ 1.500,00 mensais;
- Coordenador/Coordenador-adjunto da UAB II: R\$ 1.100,00;
- Coordenador de curso I: R\$ 1.400,00 mensais;
- Coordenador de curso II: R\$ 1.100,00 mensais;

2. O FNDE/MEC estabeleceu uma regulamentação legal com orientações e diretrizes para o pagamento das bolsas de estudos e pesquisas voltadas especificamente para o programa UAB, conforme disposto na Resolução CD/FNDE nº 26, de 5 de junho de 2009.

- Coordenador de tutoria I: R\$ 1.300,00 mensais;
- Coordenador de tutoria II: R\$ 1.100,00 mensais;
- Professor-pesquisador conteudista I: R\$ 1.300,00 mensais;
- Professor-pesquisador conteudista II: R\$ 1.100,00 mensais;
- Professor-pesquisador I: R\$ 1.300,00 mensais;
- Professor-pesquisador II: R\$ 1.100,00 mensais;
- Tutor: R\$ 765,00 mensais;
- Coordenador de polo: R\$ 1.100,00 mensais.

(Fonte: <http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=73&Itemid=29>)

Esses profissionais têm uma dedicação em regime de trabalho de 20 horas semanais. Também, existe contratação temporária de orientadores acadêmicos e o salário varia de R\$ 1.500 até 6.130,00.

Os tutores atuam, também, em polos de apoio presencial. Em torno dos polos, no âmbito do Sistema UAB, gravitam atividades importantes da formação, já que são responsáveis pelo apoio presencial, com o objetivo de prover unidades operacionais que visem ao desenvolvimento de forma descentralizada das atividades de caráter pedagógico e administrativo referentes aos cursos e programas.

Esses polos são mantidos pelos governos de estados ou pelas prefeituras municipais e procuram oferecer, aos alunos, toda a infraestrutura física, tecnológica e pedagógica para que possam acompanhar os cursos a distância. Cada polo conta com a seguinte estrutura de profissionais: coordenador de polo— responsável pela parte administrativa e pela gestão acadêmica; tutor presencial; técnico de laboratório pedagógico, quando for o caso; técnico em informática; bibliotecária e auxiliar para a secretaria.

3. AÇÕES EMPREENDIDAS PELO PROGRAMA

As ações empreendidas pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil priorizam a formação de professores para a Educação Bá-

sica e de gestores da administração pública. Com a finalidade de atingir esse objetivo, o sistema articula instituições de educação superior, nos estados e municípios brasileiros, e, por meio da modalidade de educação a distância, permite o acesso ao ensino superior à população brasileira de baixa renda.

O Sistema UAB funciona como articulador entre as instituições de ensino superior e os governos estaduais e municipais, com vistas a atender às demandas locais por educação superior. Essa articulação estabelece qual instituição de ensino deve ser responsável por ministrar determinado curso em certo município ou certa microrregião por meio dos polos de apoio presencial. Feita a articulação entre as instituições públicas de ensino e os polos de apoio presencial, o Sistema UAB assegura o fomento de determinadas ações de modo a assegurar o bom funcionamento dos cursos. (SITE OFICIAL, 2011)

Cada curso oferecido pelos polos da UAB pertence a uma chamada específica, que o caracteriza como:

- **Piloto:** primeiro curso-piloto criado de administração a distância do Projeto Universidade Aberta do Brasil – UAB, em parceria com o MEC-Seed, Banco do Brasil (integrante do Fórum das Estatais pela Educação) e Instituições Federais e Estaduais de ensino superior.
- **Programa Nacional de Formação em Administração Pública – Pnap:** são cursos ofertados em nível de graduação – bacharelado e pós-graduação *lato sensu* – e especialização, destinados à criação de um perfil nacional do administrador público, com o objetivo de propiciar a formação de gestores que utilizem uma linguagem comum e que compreendam as especificidades de cada uma das esferas públicas: municipal, estadual e federal.
- **PAR – Plano de Ações Articuladas:** criado com o objetivo de desencadear ações voltadas para o cumprimento das me-

tas políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica.

- **Pró-Licenciatura I:** criado e implementado em 2006 pelo curso de Licenciatura em Matemática a Distância (CLMD) do Centro de Educação a Distância (Cead) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), onde foram ofertadas 120 vagas para três cidades-polo próximas a Pelotas, para alunos egressos do ensino médio aprovados no processo seletivo realizado pela UFPel.

- **Pró-Licenciatura II:** o Ministério da Educação (MEC) instituiu o Pró-Licenciatura II, que tem como objetivo fomentar a formação inicial para professores do ensino fundamental e médio, em exercício na rede pública de ensino, que não possuam a habilitação legal exigida na área em que atuam, selecionados por meio de processos seletivos realizados pelas IES (Instituições de Ensino Superior) participantes.

- **Mídias na Educação:** são cursos oferecidos com o objetivo de proporcionar uma formação continuada voltada ao uso pedagógico de diferentes tecnologias da informação e da comunicação. Esse curso é ofertado nas modalidades: curso de extensão de 160 horas, para professores que não possuem nível superior completo, e especialização de 360 horas (no mínimo) para professores já graduados.

- **Secad I, II e III:** são cursos ofertados pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação, voltados à formação de gestores, professores e profissionais da educação e movimentos sociais nas áreas da diversidade, com o objetivo de fortalecer a Rede no âmbito da UAB.

- **Extensão UAB. UAB no Exterior:** em 2006, abre polo no Japão para atender a filhos de brasileiros que lá moravam. O trabalho foi realizado pela UAB/UFMT por meio do curso de Pedagogia a distância, para os professores que trabalham com essas crianças brasileiras. Em 2010, a UAB incluiu na oferta cursos para a África através da Universidade Pedagógica de Moçambi-

que (UP) e da Universidade Eduardo Mondlane, atendendo a um dos dispositivos do Acordo de Cooperação Cultural celebrado entre os dois países em julho de 1991. Os polos instalados nas cidades de Maputo, Beira e Lichinga, em Moçambique, vão atender 630 alunos, especificamente nos cursos de Pedagogia e Administração. “A parceria entre o Brasil e Moçambique prevê a formação de 5,5 mil professores da educação básica e 1,5 mil servidores da administração pública, entre 2011 e 2017” (UAB – Site Oficial, set. 2011).

4. DIMENSÃO PEDAGÓGICA DA UAB

O Modelo Pedagógico da UAB se configura em torno da modalidade de educação a distância para a formação de graduação e pós-graduação *lato sensu*, a contratação e/ou a concessão de bolsas para docentes, o uso da biblioteca virtual e presencial e de laboratórios.

Embora existam os referenciais de qualidade da EaD, que orientam a criação dos cursos, não existe um único modelo pedagógico que impere em cada instituição.

O ingresso aos cursos é pelo vestibular proposto por cada instituição e a oferta a professores da educação básica das redes públicas (parte do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, Parfor) é por seleção específica. Preenchem-se os dados de uma ficha disponível na plataforma Freire. Os outros interessados candidatam-se no processo seletivo específico (para a pós-graduação *lato sensu*, avalia-se o currículo). Nesse modelo, o próprio Sistema Universidade Aberta do Brasil (Sisub) é importante porque permite o acompanhamento dos cursos.

O Programa de Formação Continuada de Professores, um dos principais do sistema, objetiva formar professores das redes públicas de ensino que atuam utilizando salas com recursos multifuncionais e uma ampla infraestrutura nos polos, bem como o Portal do Professor, que disponibiliza recursos didáticos e repositórios de

material multimídia. As secretarias estaduais e municipais de educação articulam-se com as instituições de ensino superior que ofertam os cursos para que seus profissionais participem da formação.

Ou seja, a UAB, ao se articular com o Portal do Professor, disponibiliza conteúdos educacionais multimídias de diferentes formatos, além de links e funcionalidades que subsidiam a pesquisa escolar e a interação na educação infantil, ensino fundamental, médio, profissional e outras modalidades, oferecendo acesso a um acervo variado. O Portal funciona, também, como elemento integrador do sistema público de educação básica e profissional, unindo MEC, secretarias estaduais e municipais de educação, escolas, gestores, professores e alunos.

As atividades semipresenciais são desenvolvidas nos polos e na Plataforma Freire para o professor em exercício. A principal plataforma ou ambiente virtual de aprendizagem (AVA) da UAB é o Moodle, mas existem outros ambientes sendo usados, como o do ProInfo (Programa Nacional de Informática na Educação), que permitem integrar as ações de formação dos programas. Estes abrigam aulas elaboradas por professores de todo o país e contam com a participação de alunos e professores. Os laboratórios de informática e a conexão banda larga permitem colocar à disposição material e formação específica. Para as escolas ou polos sem conexão, há a possibilidade de conseguirem um portal off-line, de forma que todos os alunos e professores tenham acesso à informação.

Existe um processo de avaliação que observa a Port.1077 (Capes, 14 de abril de 2010) e, também, um banco de consultores para o acompanhamento e avaliação do sistema UAB, com o objetivo de auxiliar a diretoria de EaD/Capes (Editais de Polos e Cursos). Nesse processo, avalia-se o polo com nota de 0 a 5, conforme a titulação do coordenador, os tutores, a infraestrutura, o atendimento, o laboratório de informática, o acesso, a biblioteca, o AVA, os cursos, o regimento e a estrutura pedagógica.

O FNDE é responsável pelo financiamento das ações, repassando recursos de custeio para as instituições de ensino superior,

por meio de descentralizações e convênios. A Capes é responsável pelo repasse dos recursos para o pagamento de bolsas e pela negociação com os polos/UAB que ofertarão as vagas.

5. QUADRO PANORÂMICO DO SISTEMA

Com base no levantamento de dados e, principalmente, nas análises do catálogo da UAB, dividido por regiões brasileiras e que se encontra disponibilizado no site da UAB,³ podemos destacar o seguinte quadro panorâmico do programa:

TABELA 11

Região	Polo	Nº de Cursos	Número de Vagas			
			2007	2008	2009	Total
Norte	85	375	1.063	2.876	8.859	16.621
Nordeste	175	1.028	6.550	17.950	39.903	64.433
Sul	37	283	610	2.945	10.702	14.257
Sudeste	151	897	7.242	8.139	31.938	62.059
Centro- -Oeste	46	280	1030	2055	11569	14654
Total Nacional	394	2.863	16.495	33.965	102.971	172.024

Fonte: <http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10&Itemid=23>. (Dados de 2009).

3. Todos os números apresentados foram retirados do catálogo da Universidade Aberta, podendo ser consultados e baixados (de acordo com análise feita em setembro de 2011) - nos seguintes links:

<<http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/Catalogo/apresentao.pdf>>.

<http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/Catalogo/centro_oeste.pdf>.

<<http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/Catalogo/nordeste.pdf>>.

<<http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/Catalogo/norte.pdf>>.

<<http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/Catalogo/sudeste.pdf>>.

<<http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/Catalogo/sul.pdf>>.

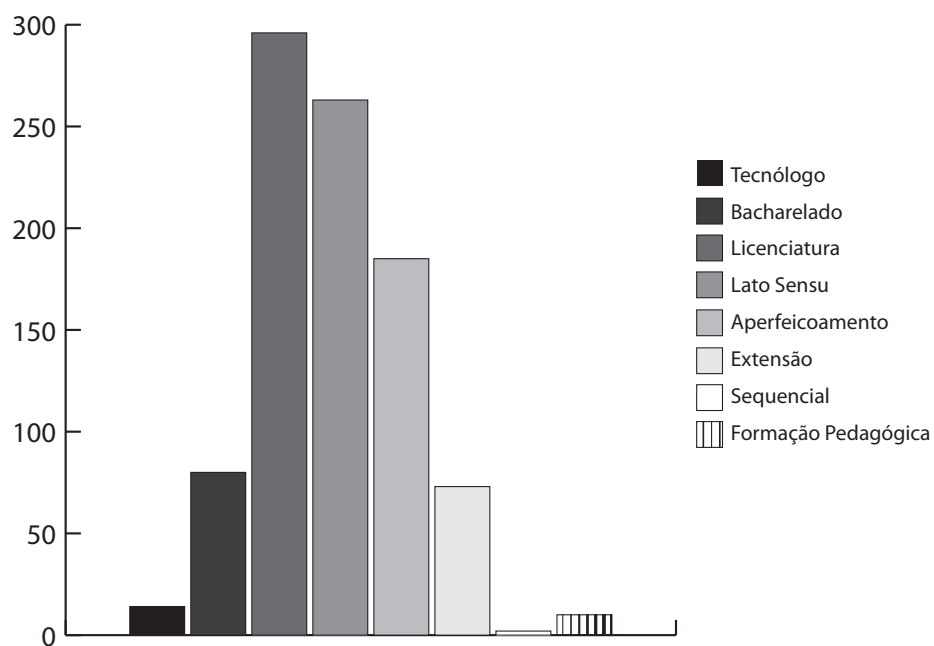
Ainda analisando os dados sistematizados da UAB, cabe destacar que estão credenciadas 92 instituições que oferecem as seguintes modalidades de cursos até 2010:

TABELA 12

Tecnológico	Bacharelado	Licenciatura	Lato Sensu	Aperfeiçoamento	Extensão	Sequencial	Formação pedagógica	Total
14	80	296	263	185	73	2	10	923

Fonte: <http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=12>.

GRÁFICO 1 - Nível de Cursos Oferecidos



Segundo os dados coletados no próprio site da UAB, podemos verificar que a incidência maior dos cursos se concentra nas seguintes áreas:

TABELA 13

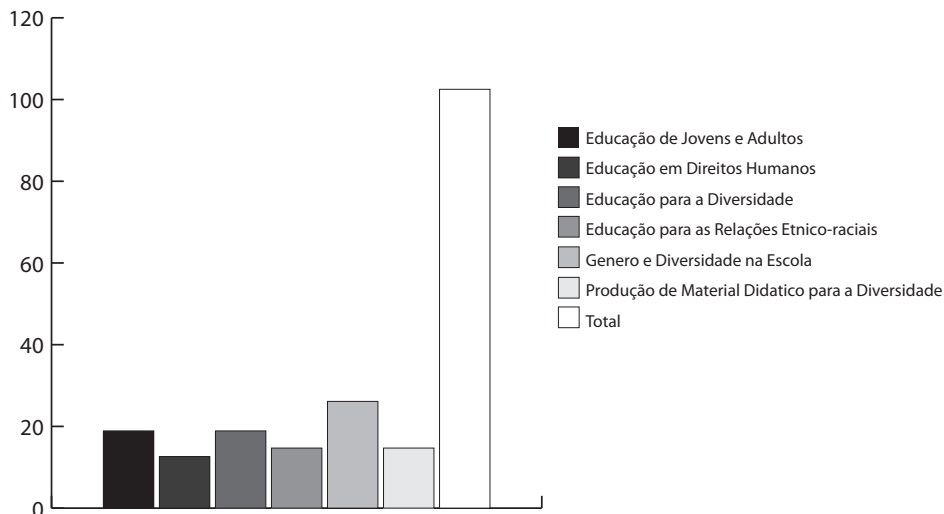
Modalidade de cursos ofertados	Curso com maior índice de oferta	Números	Porcentagem
1. Licenciaturas	Pedagogia	47	22%
2. Especializações	Gestão Pública	69	21%
3. Aperfeiçoamento	Gênero e diversidade na escola.	26	12%
4. Bacharelado	Administração*	70	44%

Fonte: <http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=12>.

*Esse corresponde aos cursos de Administração Piloto, Administração e Administração Pública.

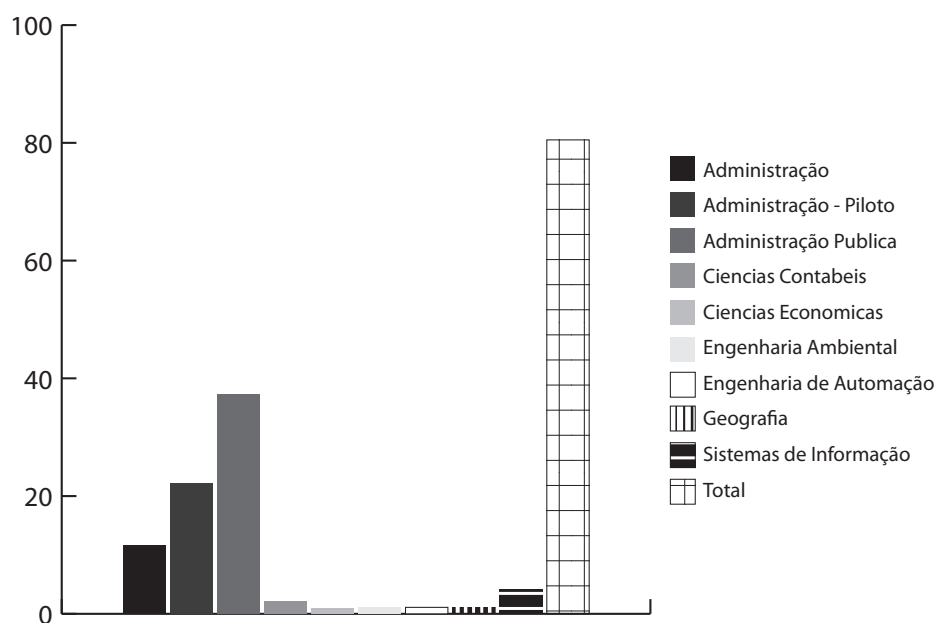
5.1 Gráficos de Cursos Ofertados de Maior Abrangência

GRÁFICO 2 - Cursos de Aperfeiçoamento



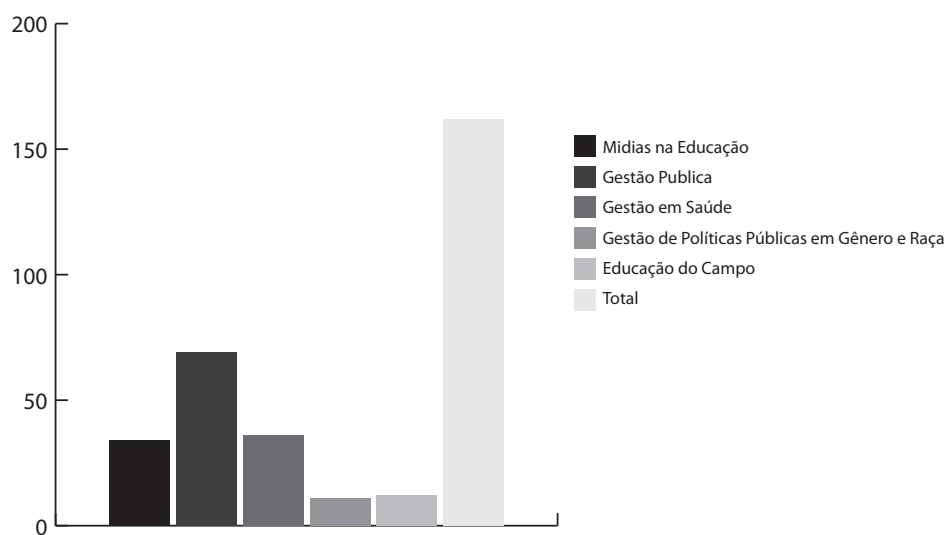
Fonte: <http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=12>.

GRÁFICO 3 - Cursos de Bacharelado



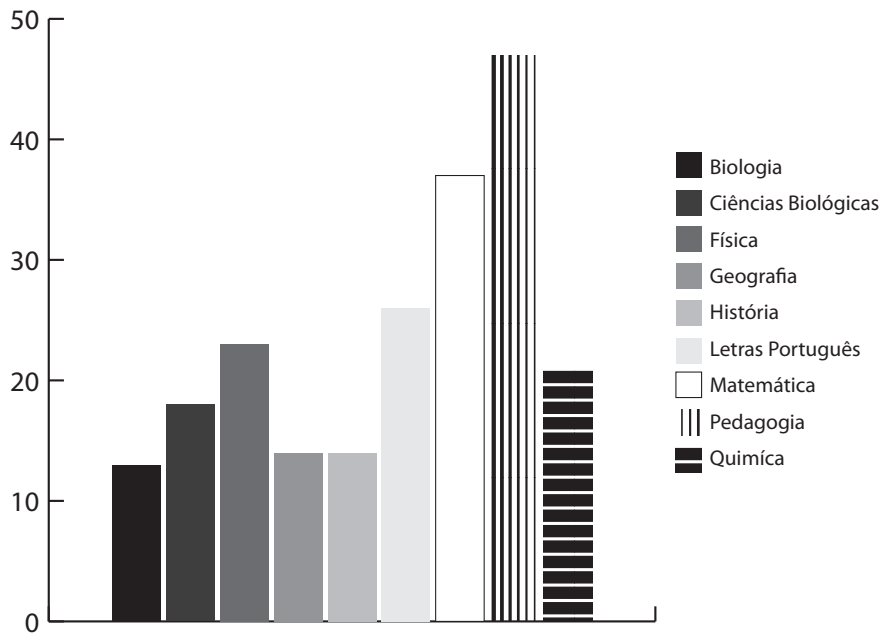
Fonte: <[http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_wrapper
&view=wrapper&Itemid=12](http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=12)>.

GRÁFICO 4 - Cursos de Especialização



Fonte: <[http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_wrapper
&view=wrapper&Itemid=12](http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=12)>.

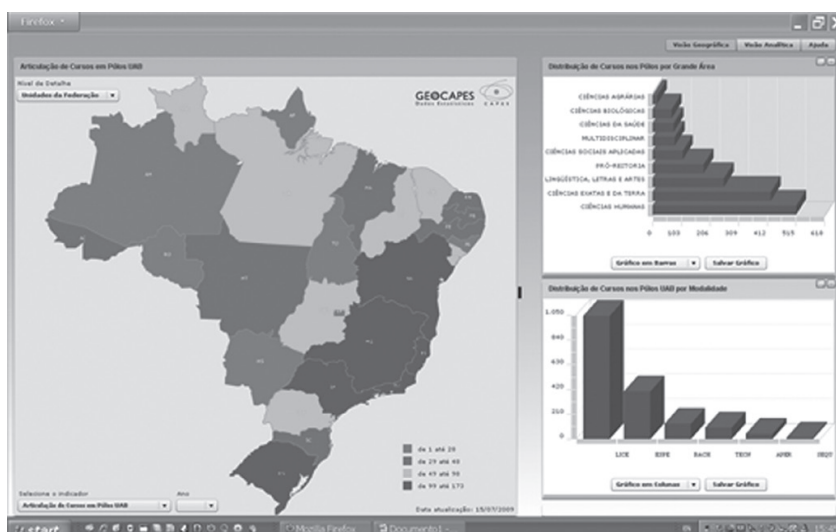
GRÁFICO 5 - Cursos de Licenciatura



Fonte: <http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=12>.

5.2 Articulação de Cursos em Polos da UAB – Distribuição de Cursos por Grandes Áreas e Modalidades

FIGURA 12



Fonte: Geocapes, set. 2011

Os polos distribuídos nas 27 unidades da Federação desconcentraram a oferta de educação superior. Contudo, ainda falta desconcentrar para ir mais longe das grandes universidades. As áreas de conhecimento privilegiadas continuam sendo Educação, pela necessidade de formar pedagogicamente, e Administração, para a formação dos gestores públicos.

5.3 Resultados Alcançados até 2010

A UAB caracteriza-se por ser um Sistema de Educação aberta dual, semipresencial, descentralizado em polos presenciais que têm conseguido articular parcerias com os governos locais (estados e municípios) e com instituições públicas (universidades, fundações e Institutos Federais de Educação, Ciência – IFETs) das 27 unidades da Federação, que aceitaram abrir as portas para a expansão e interiorização da educação superior.

Segundo dados levantados até 2010, no portal oficial da Universidade Aberta do Brasil, já foram incluídas no processo de expansão e interiorização da educação superior 92 instituições articuladas a 774 polos presenciais e 923 cursos (consideradas as variações, chegam a 2863), sendo efetuadas 220 mil matrículas. Existe uma experiência de polo no Japão e outros na África. A meta é atingir 500 mil alunos para 2012 (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA CAPES, set. 2011). Estima-se que 10 mil alunos já foram formados no Brasil por meio da UAB. Mas, já que uma parte importante dos cursos ofertados na UAB são de graduação com duração de quatro anos, e, levando em consideração que estes começaram efetivamente em 2007, ainda não temos informações sobre os alunos formados em nível de graduação.

Os primeiros a serem incluídos na formação da UAB foram os professores e os gestores públicos que não tiveram acesso à educação superior. Procura-se atingir os 600 mil professores sem formação superior ou com formação fora da área de atuação para acabar com a baixa qualidade da educação básica. Desse modo,

a UAB torna-se um programa político privilegiado para a expansão da educação superior, bem como para a formação dos professores da educação básica.

Algumas informações indicam que, a partir de 2011, a UAB oferecerá programas de pós-graduação *stricto sensu* a distância, iniciando com dois cursos de mestrado profissional sobre educação infantil e docência em matemática para professores da escola básica.

A proposta é clara e, embora os dados estatísticos variem de uma publicação para outra, o panorama está traçado.

6. O CURSO DE MÍDIAS NA EDUCAÇÃO

O Brasil e o mundo sentiram, nas últimas décadas, a forte presença das tecnologias e da mídia na educação. A universidade se abre e, também, movimentos de educadores e comunicadores se lançaram a pensar a realidade social e cultural e a intervir para fazer uma educação que respondesse às demandas contemporâneas.

Dentre as ideias surgidas, estão a proposta da Educomunicação e de Mídias na Educação, entre outras.

Sobre a educomunicação, em entrevista a Margarita Gomez, para a reportagem da revista *Presença Pedagógica* (n. 106, ago./set. 2012), considerou (GOMEZ, 2012)

“(...) que essa palavra é um neologismo resultante da práxis social, da prática de produção, na interseção entre comunicação e educação, de processos comunicacionais voltados às necessidades populares. É um conceito que existia e foi ressignificado no Brasil”.

Segundo Gomez, foi no I Congresso Internacional de Comunicação e Educação – Multimídia e Educação em um Mundo Globalizado, realizado em São Paulo, que profissionais da comunicação e da educação debateram sobre os usos e as noções dos meios de comunicação na educação. Foi interessante que esse evento homenageou o educador Paulo Freire por suas contribui-

ções para mostrar a importância do diálogo e da comunicação nos processos educacionais. Paulo Freire é um dos educadores brasileiros e latino-americanos mais renomados do mundo, hoje patrono da educação brasileira (Lei nº 12.612). Um educador da América do Sul retomado por autores de outros continentes, sendo reconhecido como fonte e como mestre.

A resultante daquele congresso foi a sistematização de ideias e encaminhamentos para a discussão sobre o conceito de educomunicação, que foi acolhido pelo Núcleo de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (NCE-USP) como orientador das ações realizadas em torno do uso da mídia na educação.

O conceito educomunicação já tinha sido aceito pela Unesco, mas, no Brasil, é o grupo de pesquisa do NCE-USP que mais trabalha o campo da inter-relação de comunicação e educação, buscando conhecer o perfil do educador. Soares (2000) entende a educomunicação como

“Um conjunto de ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, assim como melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as relacionadas ao uso dos recursos da informação no processo de aprendizagem. Em outras palavras, a Educomunicação trabalha o conceito de gestão comunicativa”.

Essa conceitualização, resultado do esforço feito especialmente pelos profissionais da área da comunicação, para gerar esse campo de mediações, necessita de um diálogo aprofundado e de uma ação conjunta com os profissionais da área da educação para alcançar novas reflexões e ações.

Naquele congresso de 1998, a questão que ficou em aberto foi:

Como podem comunicadores e educadores usar os processos e os recursos de comunicação no espaço educativo de forma a não apenas melhorar os processos de ensino-aprendizagem, mas, sobretudo, transformar a própria prática educacional em verdadeira ação comunicativa? (GOMEZ, 2012)

Hoje, já existe um profissional, o educomunicador, preparado para elaborar diagnósticos e coordenar projetos na inter-relação de comunicação e educação, que se preocupa com a formação de educadores receptivos a essa proposta.

A pedagogia crítica e a educação como comunicação e diálogo, propostas por Paulo Freire, têm contribuído para esse campo de conhecimento que busca sustentar o processo de aprendizagem na cultura dos seus participantes. A dimensão cultural e a intervenção, neste caso, são competências específicas do professor para atuar em sala de aula com práticas educomunicativas.

A educomunicação se desenvolve nas escolas por meio de oficinas, projetos de intervenção, entre outras atividades que têm por eixo o uso do jornal, do rádio, das mídias escolares e da internet.

Por sua vez, o professor pode fazer o curso de Mídias na Educação oferecido na Universidade Aberta do Brasil (UAB). Este curso visa à formação continuada dos educadores da educação básica que buscam aprender e adquirir competências específicas em questões filosóficas, pedagógicas e sociais ligadas ao uso das novas tecnologias da informação e comunicação (NTIC's) em suas práticas pedagógicas. No Mídias na Educação, pode optar, se oferecido, por realizar um módulo sobre educomunicação.

O curso foi criado em 2006 pela Secretaria de Educação a Distância, do Ministério da Educação (Seed/MEC). Ofertado em aproximadamente quarenta universidades públicas, objetiva contribuir para a inserção das mídias nas práticas educativas escolares. Considera as linguagens das quatro mídias básicas— material impresso, TV e vídeo, rádio e informática—, para a formação

de professores, em nível de extensão ou de especialização. Nele, são estabelecidas estreitas relações entre comunicação, cultura digital e educação com o uso das NTIC's, envolvendo a formação humana integral a partir de uma perspectiva crítica e autoral.

O programa de educação a distância Mídias na Educação, ao mesmo tempo em que investe na formação continuada, ensina e potencializa, no uso pedagógico, as tecnologias da informação e da comunicação.

Dentre as instituições que oferecem tal formação, está a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL, <<http://wp.ufpel.edu.br/midias/info/>>), que propõe “trabalhar pedagogicamente os meios de comunicação, trazendo para o contexto educacional a televisão, a informática, o rádio e a mídia impressa aliados a uma proposição didática”. Além disso, também objetiva fazer uma “leitura crítica sobre o que está sendo vinculado nas diferentes mídias, bem como uma interpretação das diferentes formas de organizar a informação e de se comunicar”. Destaca-se, nesta proposta, a possibilidade de se instaurar e aperfeiçoar “a produção autoral de alunos e professores com as TICs, com ênfase para o uso pedagógico das mídias na educação formal” (UFPEL – Site Oficial).

6.1 Especialização – Mídias na Educação

O curso Mídias na Educação oferece, além da extensão, a especialização. É um projeto do governo federal, criado em 2006 pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação (Seed/MEC), que, em 2009, migrou para a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Para se candidatar como aluno, o professor deve estar atento aos editais que são publicados no site do Mídias. Consideramos importante que o professor/cursista, antes de escolher o curso a ser realizado, analise quem o oferece, a dinâmica de funcionamento, o público-alvo e o tempo requerido para acompanhar e participar.

A seguir, são relacionadas as universidades e as modalidades do curso oferecidas:

TABELA 14

	Nome	Instituição	Região	UF	Modalidade	Chamada Uab	Form. Prof.
1	MÍDIAS NA EDUCACAO	Furg	Região Sul	RS	Aperfeiçoamento	Mídias	Sim
2	MÍDIAS NA EDUCACAO	Furg	Região Sul	RS	Especialização	Mídias	Sim
3	MÍDIAS NA EDUCACAO	IFSC	Região Sul	SC	Especialização	Mídias	Sim
4	MÍDIAS NA EDUCACAO	Ifsul	Região Sul	RS	Especialização	Mídias	Sim
5	MÍDIAS NA EDUCACAO	UEM	Região Sul	PR	Especialização	Mídias	Sim
6	MÍDIAS NA EDUCACAO	UEPG	Região Sul	PR	Especialização	Mídias	Sim
7	MÍDIAS NA EDUCACAO	UERN	Região Nordeste	RN	Especialização	Mídias	Sim
8	MÍDIAS NA EDUCACAO	UERN	Região Nordeste	RN	Extensão	Mídias	Sim
9	MÍDIAS NA EDUCACAO	Uesb	Região Nordeste	BA	Especialização	Mídias	Sim
10	MÍDIAS NA EDUCACAO	Uesb	Região Nordeste	BA	Extensão	Mídias	Sim
11	MÍDIAS NA EDUCACAO	Ufal	Região Nordeste	AL	Especialização	Mídias	Sim
12	MÍDIAS NA EDUCACAO	Ufam	Região Norte	AM	Especialização	Mídias	Sim
13	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFC	Região Nordeste	CE	Especialização	Mídias	Sim
14	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFC	Região Nordeste	CE	Extensão	Mídias	Sim
15	MÍDIAS NA EDUCACAO	Ufes	Região Sudeste	ES	Especialização	Mídias	Sim
16	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFG	Região Centro-Oeste	GO	Especialização	Mídias	Sim
17	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFJF	Região Sudeste	MG	Especialização	Mídias	Sim

18	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFJF	Região Sudeste	MG	Extensão	Mídias	Sim
19	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFMA	Região Nordeste	MA	Especialização	Mídias	Sim
20	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFMS	Região Centro-Oeste	MS	Especialização	Mídias	Sim
21	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFMS	Região Centro-Oeste	MS	Extensão	Mídias	Sim
22	MÍDIAS NA EDUCACAO	Ufop	Região Sudeste	MG	Especialização	Mídias	Sim
23	MÍDIAS NA EDUCACAO	Ufop	Região Sudeste	MG	Extensão	Mídias	Sim
24	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFPA	Região Norte	PA	Especialização	Mídias	Sim
25	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFPA	Região Norte	PA	Extensão	Mídias	Sim
26	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFPB	Região Nordeste	PB	Especialização	Mídias	Sim
27	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFPE	Região Nordeste	PE	Especialização	Mídias	Sim
28	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFPE	Região Nordeste	PE	Extensão	Mídias	Sim
29	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFPEL	Região Sul	RS	Especialização	Mídias	Sim
30	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFPI	Região Nordeste	PI	Especialização	Mídias	Sim
31	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFPR	Região Sul	PR	Aperfeiçoamento	Mídias	Sim
32	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFPR	Região Sul	PR	Especialização	Mídias	Sim
33	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFRN	Região Nordeste	RN	Especialização	Mídias	Sim
34	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFRR	Região Norte	RR	Especialização	Mídias	Sim
35	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFS	Região Nordeste	SE	Especialização	Mídias	Sim
36	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFSC	Região Sul	SC	Especialização	Mídias	Sim

37	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFSJ	Região Sudeste	MG	Especialização	Mídias	Sim
38	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFSM	Região Sul	RS	Especialização	Mídias	Sim
39	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFT	Região Norte	TO	Extensão	Mídias	Sim
40	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFU	Região Sudeste	MG	Especialização	Mídias	Sim
41	MÍDIAS NA EDUCACAO	Unicentro	Região Sul	PR	Especialização	Mídias	Sim
42	MÍDIAS NA EDUCACAO	Unifap	Região Norte	AP	Especialização	Mídias	Sim
43	MÍDIAS NA EDUCACAO	Unifap	Região Norte	AP	Extensão	Mídias	Sim
44	MÍDIAS NA EDUCACAO	Unimontes	Região Sudeste	MG	Aperfeiçoamento	Mídias	Sim
45	MÍDIAS NA EDUCACAO	Unimontes	Região Sudeste	MG	Especialização	Mídias	Sim
46	MÍDIAS NA EDUCACAO	Unimontes	Região Sudeste	MG	Extensão	Mídias	Sim
47	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFT	Região Norte	TO	Aperfeiçoamento	Mídias	Sim
48	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFPE	Região Nordeste	PE	Aperfeiçoamento	Mídias	Sim
49	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFRJ	Região Sudeste	RJ	Aperfeiçoamento	Mídias	Sim
50	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFRGS	Região Sul	RS	Especialização	Mídias	Sim
51	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFRGS	Região Sul	RS	Extensão	Mídias	Sim
52	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFRPE	Região Nordeste	PE	Especialização	Mídias	Sim
53	MÍDIAS NA EDUCACAO	UFT	Região Norte	TO	Especialização	Mídias	Sim

Fonte: <http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=>. Acesso em: mar. 2012.

De acordo com a proposta feita pela UFPEL, o curso de especialização em Mídias na Educação tem os seguintes objetivos específicos:

- Identificar aspectos teóricos e práticos referentes aos meios de comunicação no contexto das diferentes mídias e no uso integrado das linguagens de comunicação: sonora, visual, impressa, audiovisual, informática e telemática, destacando sua articulação com os processos de ensino e aprendizagem;
- Aprofundar os fundamentos teórico-práticos sobre as tecnologias da informação e da comunicação, bem como sua inserção na educação formal;
- Capacitar profissionais com formação adequada de modo a qualificar o uso das mídias na educação formal.
- Explorar o potencial dos Programas da Seed/MEC (TV Escola, Proinfo, Rádio Escola, Rived) e os desenvolvidos por IES ou secretarias estaduais e municipais de educação, no Projeto Político Pedagógico da escola, sua gestão no cotidiano escolar e sua disponibilidade à comunidade;
- Elaborar propostas concretas para utilização dos acervos tecnológicos disponibilizados à escola no desenvolvimento de atividades curriculares nas diferentes áreas do conhecimento;
- Desenvolver estratégias de autoria e de formação do leitor crítico nas diferentes mídias e, elaborar projeto de uso integrado das mídias disponíveis. (Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/midias/info/>>)

A proposta pedagógica da UFPEL segue as orientações de uma pedagogia crítica e se relaciona com o legado freiriano ao procurar incorporar, de diversas formas, as diferentes tecnologias nas práticas educativas digitais que visam à formação dos cidadãos.

Esta proposta de formação contribui para a construção da educação emancipadora no ciberespaço, uma educação que propicia a leitura de mundo de educando e educadores. Uma forma-

ção que usa as NTIC's em uma proposta educativa crítica, valorizando a aprendizagem voltada para a busca, análise e tratamento de informações digitais, de forma que os estudantes possam produzir e transformar o conhecimento e a própria situação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pioneirismo brasileiro na educação superior a distância não tem precedentes, pois o Brasil é o primeiro país da América Latina a criar uma secretaria específica para cuidar dessa questão e a instituir o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O desafio de expandir, interiorizar e incluir da Universidade Aberta do Brasil responde ao Plano de Desenvolvimento da Educação. Aos quatro anos da implementação da UAB, é importante fazer uma análise de suas ações no país e seus impactos na qualidade educacional e na inclusão: um direito do cidadão. Sobretudo, é preciso analisar o impacto causado no sistema de ensino presencial e as condições da atuação docente.

Pode-se afirmar que a década terminou mostrando um tímido avanço na educação superior pelas ações do governo federal, especificamente no que se refere à formação superior pública do professor e do gestor na modalidade a distância.

Na dimensão política, a UAB é um programa privilegiado em investimentos para compensar a falta de oferta de educação superior e de condições de acesso da população. O Brasil sabe das consequências dessa falta e investe nesse modelo semipresencial acreditando que, abrindo as universidades federais para o interior, vai atingir os 30% de pessoas incluídas na educação superior.

Helena Costa Lopes de Freitas, ex-presidenta da Anfope (2007), contudo, considera que os grandes embates sobre as políticas de formação dos professores estão sendo desvirtuados diante das propostas reduzidas de formação inicial a distância.

A ação do Estado nas políticas de formação, em resposta aos desafios enfrentados pela juventude, vem se caracterizando pela

fragmentação, com a conseqüente dimensão diferenciada de profissionalização e com o aprimoramento dos conhecimentos científicos, técnicos e culturais oferecidos.

Aos estudantes de licenciaturas, oriundos da escola pública, são concedidas bolsas do Prouni, em instituições privadas, ou formação nos polos municipais da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Nestas instituições de ensino e pesquisa, a Bolsa Docência/Capes espera pelos estudantes que logram vencer seus processos seletivos, visando a inseri-los nas áreas de educação básica, aquela de maior carência de professores, das escolas públicas, em que os índices de desenvolvimento da educação básica (Ideb) estão abaixo da média nacional, 4,2.

Freitas (2007) comenta que “estas iniciativas ocultam a desigualdade entre instituições de ensino e instituições de pesquisa, estudantes que estudam e pesquisam e estudantes que trabalham, produzindo a desigualdade educacional”. A articulação de ensino, pesquisa e extensão estaria novamente comprometida neste modelo pedagógico a distância de universidade.

A ação do governo de aumentar a proporção dos jovens cursando o ensino superior nas instituições públicas ainda é reduzida, sem considerar que muitas das vagas nas instituições privadas não são ocupadas. Mas, sem dúvida, pode-se dizer que a rede pública de educação superior, no Brasil, se expandiu consideravelmente entre os anos 2003 e 2009 (GOMEZ; SÁ, 2011). A preferência das ações da Capes/MEC foi, em um primeiro momento, a formação dos professores da educação fundamental que atuam sem formação superior ou fora da sua área e de gestores. Depois, estão os jovens de 18 a 24 anos e demais pessoas, mas ainda não há estatísticas que mostrem o perfil e quantos são esses outros estudantes da UAB.

Com relação às políticas públicas voltadas para a graduação e para a pós-graduação, existe esse conjunto de ações compensatórias e estratégicas do MEC e dos programas articulados, como o Plano Nacional de Formação de Professores da Educa-

ção Básica (Parfor) – para a formação inicial e contínua, presencial e a distância.⁴

Na dimensão pedagógica, há necessidade de repensar as propostas de formação superior e as instituições que o país tem para isso, com a finalidade de reverter a realidade socioeconômica e histórico-cultural da população.

Sem dúvida, o problema não está na modalidade a distância da educação e, sim, na proposta político-pedagógica, no desenho e na gestão. É evidente que, com o modelo de formação a distância, ainda se assiste à reprodução dos cursos tradicionais na internet baseada em tutores, com o uso de artigos digitais em formato .pdf e apostilas, em vez de explorar a presença do professor, o hipertexto, as multimídias ou as videoconferências interativas.

Os cursos de formação inicial, presencial, emergência na modalidade a distância, são ofertados especificamente pela Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes) e buscam avançar nas propostas pedagógicas. Mas, segundo Helena Costa Lopes de Freitas, da Anfope (2007, s.p.), no âmbito da formação docente, “as ações do MEC têm se pautado pela continuidade de programas de caráter continuado e compensatório, destinados à formação de professores leigos, em exercício a distância, em cooperação com os sistemas de ensino”.

Por outro lado, as ações da rede UAB incluem a educação para a diversidade, que também é significativa, pois amplia as oportunidades de formação de educadores e gestores da educação básica, visando à inserção das temáticas da diversidade no cotidiano escolar.

Kaufmann (2007), contudo, considera que

os defensores dos programas afirmativos procuram justificar a opção por tais programas a partir, basicamente, de duas teorias: a da Justiça compensatória e a da Justiça distributi-

4. Fonte: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15944:programas-do-mec-voltados-a-formacao-de-professores>.

va. Apesar de ambas procurarem inserir os desfavorecidos, são de fato teorias distintas: enquanto a teoria distributiva é um pleito de justiça no presente, a compensatória quer buscar a justiça pelo passado (...) Propriamente dita, a teoria compensatória é a reivindicação para que se repare um dano ocorrido no passado em relação aos membros de determinado grupo minoritário.

A proposta da UAB abre o debate político-pedagógico e contribui para tomar consciência do que deve ser feito. Segundo Heleno Araújo, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), os investimentos em educação são pequenos e duplicá-los seria o primeiro passo para melhorar a formação. Há que se verificar como o governo utiliza esses investimentos e como deseja informatizar as escolas, pois muitas delas sofrem com falta de energia ou a rede elétrica não comporta o computador e, às vezes, por falta de segurança, o computador lá instalado é roubado. Estamos longe do uso da tecnologia na perspectiva como se coloca em educação a distância.⁵

O acesso remoto, segundo Cleuza Repulho, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), é parte importante na infraestrutura para a educação a distância: “é necessário banda larga de qualidade nos estados, num país continental como o Brasil”. Com relação à produção científica e considerando que o programa UAB é novo, já existe uma profícua produção de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento e debates abertos.

Com relação às fontes, há divergências nos dados, mas não na finalidade do programa. Por isso, a democratização do programa UAB pede também a democratização das informações nos sites (Mec, Capes, Inep, entre outros), pois há discrepância a respeito dos dados de vagas, polos e cursos.

5. A virada na formação. *Revista Educação*, 29 ago. 2011. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5659:a-virada-na-formacao-&catid=52&Itemid=100013>.

Além disso, o programa tem maior difusão no âmbito do ensino público, o que faz com que a maioria da população vinculada à educação particular não fique informada.

Há também o problema no processo de ingresso para os alunos que não são educadores em exercício. As informações sobre o sistema de ingresso não são claras e as inscrições feitas pelo site sofrem interferências devido às falhas nas conexões e à ausência de suporte.

Com relação às condições trabalhistas, há professores/tutores atuando por meio da bolsa-pesquisa. Estes, por sua vez, podem ser alunos de cursos de pós-graduação e/ou professores concursados atuando como monitores, que nem sempre fazem pesquisa. Existe uma exigência de qualidade no ensino, na pesquisa e nas publicações, porém, com a implementação deste tipo de formação, fica difícil equacionar a precarização e a qualidade.

Também, o preconceito pela modalidade a distância ainda está presente. Há que se considerar que, assim como polos foram abertos, outros tantos, depois de avaliação, foram fechados. Por isso, a mobilização das universidades públicas tradicionais deve buscar a expansão da educação com qualidade ao investir em infraestrutura para a instalação dos polos e dos cursos, na contratação de docentes e no desenvolvimento de sistemas gerenciais para a formação dos docentes.

Sem dúvida, o sistema UAB, ao expandir e interiorizar a oferta, mobiliza os profissionais da área e busca a inclusão de mais pessoas na educação superior, utilizando a modalidade a distância para atingir primeiramente a imensa maioria de professores sem formação superior, os quais paradoxalmente fizeram possível a educação que temos e, hoje, fazem possível a expansão da universidade pública brasileira.

Assim, as metas do PNE, como também o legislado na LDB sobre a inclusão, pela educação superior a distância, da população historicamente excluída, ainda estão longe de serem alcançados, mas existem as possibilidades para isso.

REFERÊNCIAS E PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA

BARRETO, Raquel Goulart. As tecnologias na política nacional de formação de professores a distância: entre a expansão e a redução. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 104, p. 919-937, out. 2008.

BIELSCHOWSKY, Carlos E. **Banda Larga nas escolas públicas urbanas brasileiras**. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000014152.pdf>>.

_____; PRATA, Carmen Lucía. Portal do Professor do Brasil. **Revista de Educación**, n. 352, 2010.

COSTA, Jose Celso da. Modelos de Educação Superior a Distância e Implementação da Universidade Aberta do Brasil. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, v. 15, n. 2, maio/ago. 2007.

_____; PIMENTEL, Nara Maria. O sistema Universidade Aberta do Brasil na consolidação da oferta de cursos superiores a distância no Brasil. ETD. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 71-90, jun. 2009.

CRUZ, Telma Maria da. **Universidade Aberta do Brasil: implementação e previsões**. 2007. 155 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação superior a distância: novos marcos regulatórios? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 104, p. 891-917, out. 2008.

_____; et al. Transformações recentes e debates atuais no campo da educação superior no Brasil. In: **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Xamã, 2003, p. 17-30.

FERNANDES SAAD, Pedro. **O estudo do papel potencializador da educação a distância na democratização do acesso à educação superior no Brasil**. 2010. Dissertação (Mestrado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo; NOVAIS, Sueli Mene-lau de. A Institucionalização do Ensino a Distância no Brasil: o caso da Graduação em Administração na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 29, p. 173-201, jan./abr. 2011.

FIORIN, Renato. **Investigação da proposta de implementação do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) no Estado do Paraná**: aspectos positivos e negativos. 2009. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, 2009.

FREITAS, Helena C. L. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1203-1230, 2007.

GOMEZ, Margarita Victoria. **Paulo Freire**: educação como comunicação e dialogo. São Paulo: ECA/USP, 2012. (no prelo).

_____. **A educação em rede, aberta e a distância**: estudo da apropriação dos AVAs e dos Objetos de Aprendizagem na educação superior na perspectiva dos Estudos Culturais. Projeto de Pesquisa (mimeo).

_____. Visión de la educación en red más allá de la distancia. In: MORENO CASTANEDA, Manuel (org.). **Veinte visiones de la educación a distancia**. Guadalajara, México: UdG, 2012.

_____; SÁ, Geraldo. Financeirização da educação: reivindicando as contribuições pedagógicas de Paulo Freire (mi-

meo, no prelo, 2011). Versão anterior publicada em **Cad. CERU**, São Paulo, v. 22, n. 1, jun. 2011. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1413-45192011000100016&script=sci_arttext&tlng=en>.

ISAIA, S. M. A. Desafios á docência superior: pressupostos a considerar. In: RISTOFF, D.; SEVEGNANI, P. **Docência na educação superior**. Brasília: Inep, 2006, p. 65-86.

KAUFMANN, Roberta Fragoso Menezes. Ações afirmativas à brasileira: necessidade ou mito? A implementação para negros como mecanismo concretizador de direitos fundamentais. Uma análise histórico-jurídico-comparativa do negro nos Estados Unidos da América e no Brasil. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 12, n. 1455, 26 jun. 2007. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/10070>>. Acesso em: set. 2011.

LEHER, R. Expansão privada do ensino superior e heteronomia cultural: um difícil início de século. In: DOURADO; et al. **Políticas e gestão da educação superior**: transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã, 2003, p. 81-93.

LIMA, K. R. S. Organismos internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração. In: NEVES, L. M. W. (org.). **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil nos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002, p. 41-63.

LITTO, Fredric M. O retrato frente/verso da aprendizagem a distância no Brasil 2009. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 10, n. 2, 2009.

MELO COSTA, Danilo de; BARBOSA, Francisco Vidal; GOTO, Melissa Midori Martinho. O Novo Fenômeno da Expansão da Educação Superior no Brasil. **REUNA**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, 2011.

MELO, Pedro Antônio; et al. **A Educação a Distância como Política de Expansão e Interiorização da Educação Superior no Brasil**. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/12190>>. Acesso em: 10 set. 2011.

MORENO CASTANEDA, Manuel (org.). **Veinte visiones de la educación a distancia**. Guadalajara: UdG, 2012.

NEDER, Maria Lúcia Cavall. **A formação do professor a distância: desafios e inovações na direção de uma prática transformadora**. Mato Grosso: UFMT, 2009.

RIBEIRO, Luis Roberto de Camargo; et al. Ensino superior, tutoria online e profissão docente. **Reflexão & Ação**, v. 17, n. 2, 2009.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz; et al. Repositórios Educacionais: estudos preliminares para a Universidade Aberta do Brasil. **Perspect. ciênc. inf.**, v. 16, n. 3, set. 2011.

SANTANA, Otacilio Antunes. Perspectivas dos estudantes sobre iniciativas de aprendizagem móvel na Universidade Aberta do Brasil: a questão do telefone móvel [Student perspectives about mobile learning initiatives at Open University of Brazil: the mobile phone issue]. *Acta Scientiarum. Education*, Maringá, v. 32, n. 2, p. 219-223, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/11545/11545>>. Acesso em: 10 set. 2011.

SANTOS, B. de S. **A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do Ensino Superior. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 2 (59), p. 205-222, maio/ago. 2009.

SILVA, Sandra Siqueira da. Os impactos das políticas de expansão do ensino superior, e os seus reflexos nas relações de trabalho

na educação a distância: flexibilização e precarização do trabalho docente. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 3, n. 1, jul./dez. 2010.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: as perspectivas do reconhecimento de um novo campo de intervenção social, o caso dos Estados Unidos. **Revista ECCOS**, São Paulo: Centro Universitário Uninove, v. 2, n. 2, p. 63-64, dez. 2000.

_____. Educomunicação: um campo de mediações. **Comunicação & Educação**, São Paulo: CCA/ECA-USP/Segmento, ano VII, p. 12- 24, set./dez. 2000.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. **O ensino superior em disputa: alianças de classe e apoio à política para o ensino superior no governo Lula**. Disponível em: <<http://www.rioei.org/2843.htm>>. Acesso em: 10 set. 2011.

ANEXOS

1. SUGESTÕES PARA CONSULTA DE FONTES

ANDIFES. Comissão de Educação a Distância da Andifes. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/>>. Acesso em: 2011.

ANFOPE. Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação. Disponível em: <<http://anfope.spaceblog.com.br/>>. Acesso em: 2011.

BRASIL. Secretaria de Educação a Distância – SEED/MEC (2007). Regulamentação da educação a distância no Brasil. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/>>.

_____. Presidência da República. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Universidade Aberta do Brasil. Disponível em: <<http://www.uab.capes.gov.br/index.php>>.

_____. MEC/INEP. Educação Para Todos: Avaliação da década. Brasília, 2000.

_____. Plano Nacional de educação. Brasília, 2010 (Projeto de Lei).

_____. Constituição Federal. Brasília, 1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

CNTE. CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação Disponível em: <<http://www.cnte.org.br/>>. Acesso em: 2011.

IPAE. Instituto de Pesquisas e Administração da Educação. Disponível em: <<http://www.ipae.com.br/portal/>>. Acesso em: 2011.

UNDIME. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Disponível em: <<http://www.undime.org.br>>. Acesso em: 2011.

